

Sociedade



600 CASOS NOS EUA

Fungo letal causa morte em até 90 dias

Vítima do 'Candida auris' revela impotência diante da infecção. oglobo.com.br/sociedade

RESERVAS LEGAIS EM RISCO

PROJETO DE LEI MUDA CÓDIGO FLORESTAL

Flavio Bolsonaro quer liberar desmatamento em propriedades rurais

AMANDA ALMEIDA, DANIEL GULLINO, NATÁLIA FORTINARI, RAPHAEL KAPA E RENATO GRANDELLE
sociedade@oglobo.com.br
 RBR18.4.19.0

Uma alteração no Código Florestal pode provocar "o maior desmatamento do planeta", de acordo com especialistas. A mudança, proposta pelos senadores Flavio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marcio Bittar (MDB-AC), revoga o quarto capítulo do Código Florestal, "Da área de reserva legal", que prevê a preservação de vegetação nativa em propriedades rurais.

A justificativa é que essa parte do texto é um "entrave" que deve acabar para "expandir a produção agropecuária, gerar empregos e contribuir para o crescimento do país".

Hoje, propriedades rurais na Amazônia têm reserva legal de 80%; no Cerrado, 35%; e em campos gerais e outras regiões do país, 20%. Caso o texto seja aprovado, esses percentuais de preservação obrigatórios serão extintos. O capítulo ainda trata de outros casos específicos.

— A proposta não abrange áreas de preservação perma-

nente, como encostas de morros e nascentes de água, e, mesmo após sua aprovação, o Brasil ainda será o país que mais protege sua vegetação nativa no mundo. É possível transformar as riquezas naturais que Deus nos deu em desenvolvimento para a população e, ao mesmo, preservar o meio ambiente — afirma Flavio Bolsonaro.

DINHEIRO "A EXPLORAR"

Os dois senadores dizem que estudos e prospecções revelam que a Amazônia "possui em valores de recursos naturais o montante de 23 trilhões de dólares a ser explorado, sendo 15 trilhões em recursos minerais metálicos, não metálicos e energéticos e oito trilhões na superfície, com a biodiversidade". Por isso, para eles, "é urgente a conciliação profunda e permanente entre proteção do meio ambiente, crescimento econômico e geração de oportunidades para os brasileiros".

A pesquisadora Malu Ribeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica, critica o projeto: — Infelizmente, é mais um grande equívoco. O não foi, durante a votação do no-

vo Código Florestal, uma das maiores pressões da bancada ruralista e do chamado Centríon.

O novo Código Florestal foi sancionado em 2012, substituindo uma versão anterior, de 1965. Ele regulamenta a exploração de terras e estabelece onde a vegetação nativa deve ser mantida. O texto dividiu ambientalistas, que apontaram retrocessos em relação à legislação anterior; e ruralistas, que defendem a lei.

— Não tem sentido questionar o Código Florestal, que foi aprovado no Congresso, porque isso lançaria o campo em uma insegurança jurídica. É um passo para trás, uma atitude impensada. Há uma parcela do agronegócio comprometida com inovação e tecnologia, que entende a importância de preservar as florestas, garantir a produtividade do solo e a qualidade da água — afirma Nurit Bensusan, assessora do Programa de Políticas e Direitos Ambientais do Instituto Socioambiental.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve um dos trechos mais polêmicos: a anistia a produtores rurais que des-



"Entrave". Área desmatada na Amazônia: hoje, proprietários na região têm de preservar 80% da vegetação nativa

matarem ilegalmente antes de julho de 2008. A Corte também manteve o artigo que autoriza a redução de reserva legal de 80% para 50% em determinadas situações.

— A Reserva Legal hoje tem uma estratégia finalizada de banco genético, de estoque das chamadas madeiras de lei, estoque da biodiversidade. É um grande equívoco essa guerra declarada de um setor conservador do ruralismo brasileiro contra a Reserva Legal. É um absurdo para o país. Só as áreas de preservação permanente, que já foram reduzidas pelo Código Florestal, são insuficientes — completa Ribeiro.

Para Luis Fernando Guedes Pinto, pesquisador do

Imaflo e membro do Observatório do Código Florestal, a proposta apresentada é "radical" e baseada em um "argumento frágil".

— É possível que essa lei, em uma canetada só, provoque o maior desmatamento do planeta, comprometendo uma área maior do que a Alemanha. Hoje, o país tem 46 milhões de hectares de pastagem. É mais do que o triplo da área que a agricultura precisa expandir — afirma Guedes Pinto.

O pesquisador ainda lembra que, caso aprovada, a medida distancia o país de cumprir um compromisso firmado internacionalmente pelo Brasil no Acordo de Paris. A meta é zerar o desmatamento ilegal até

2030 e restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa. Toby Gardner, pesquisador sênior do Instituto Estocolmo de Meio Ambiente, confirma que a imagem do país no exterior fica fragilizada.

— Quando você tem um país como o Brasil, que tinha orgulho de estar na frente até de países desenvolvidos e mostrava uma liderança nesse tema, tendo uma mudança que, em poucos anos, derruba tudo o que foi feito, fragiliza sua imagem no exterior. É muito difícil criar e desenvolver uma reputação, mas é muito fácil derrubar. E o trabalho de reconstruir vai ser muito mais complexo do que o feito em um primeiro momento — diz Gardner.

“É possível transformar as riquezas naturais que Deus nos deu em desenvolvimento para a população”

Flavio Bolsonaro, senador pelo PSL-RJ

“É possível que essa lei provoque o maior desmatamento do planeta, comprometendo uma área maior do que a Alemanha”

Luis Fernando Guedes Pinto, membro do Observatório do Código Florestal

Série retrata belicismo instaurado nos primórdios da História do país

Em cinco episódios, 'Guerras do Brasil.doc', de Luiz Bolognesi, estreia hoje

RENATO GRANDELLE
renato.grandel@oglobo.com.br

Um frei ergue um cálice diante de enorme cruz posada em um altar, acompanhado por outros religiosos e navegantes. Índios observam com curiosidade o ritual. A tela sobre a primeira missa no Brasil, uma celebração que teria ocorrido no litoral baiano, logo após a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, é o enriquecimento em livros de História e passa uma imagem cada vez mais contestada sobre o relacionamento entre os portugueses e os povos nativos do Novo Mundo. O que nasceu com a chegada das caravelas, longe de uma relação harmoniosa, era uma "guerra permanente" entre

"locais e os invasores lusitanos", segundo especialistas.

O belicismo instaurado logo após o desembarque dos navios de Cabral são o tema de "As Guerras da Conquista", o primeiro dos cinco episódios da série "Guerras do Brasil.doc", dirigido por Luiz Bolognesi, e que será exibido hoje, quando é celebrado o Dia do Índio, às 23h30m, no canal Curta!

— A História do país costuma ser narrada com um olhar enviesado, que tenta desqualificar o índio, retratando-o como preguiçoso e que não produz riquezas — diz Bolognesi. — Mas essa população vivia sob um regime econômico sustentável, que não agredia biomas, e optava por uma vida em comunidade, sem controle de um Estado.

Segundo o cineasta, a visão do nativo brasileiro como um inferior aos incas, maias e astecas, cuja cultura é mais documentada, deu-se porque os povos da floresta trabalhavam com materiais perecíveis, mais abundantes na região, e não com pedras e metais, como os da América Hispânica. O desaparecimento dos traços arquitetônicos comprometeu o conhecimento sobre seus costumes.

O líder indígena e escritor Ailton Krenak avalia que as populações nativas do Brasil viveram "em constante invasão, jamais reconhecidas como brasileiras".

— Os primeiros brancos a chegarem ao litoral estavam sujeitos a famintos. Sobreviveram com a ajuda dos índios.



Memória. Marechal Rondon distribui presentes a índios. História é narrada com "olhar enviesado", destaca diretor

Professor de História Colonial da USP, Pedro Puntoni lembra que, em 1637, uma bulha do Papa Paulo III concluiu que os índios eram "seres humanos e providos de alma", que deveria ser convertida segundo a fé cristã.

— O exterminio dos índios que necessaram a catequese foi legitimado. Era, como chamavam os portugueses, uma "guerra justa". Este episódio

ilustra a diferença de como europeus e ameríndios viam o mundo. Os indígenas estavam preparados para aceitar a diversidade, enquanto a cultura ocidental era autocentrada e fiel à polarização entre o "bem" e o "mal". Então, os rituais da espiritualidade dos povos nativos eram considerados satânicos, e a falta de uma estrutura política seria um sinal de inferioridade.

Demorou até os índios perceberem que os novos habitantes do Brasil eram um risco à sobrevivência.

— O modo como os indígenas pensavam o mundo não considerava a hipótese de uma potência invasora — diz Krenak. — Foi preciso que os brancos mostreassem sua crueldade que mandando adiante e promovendo um genocídio. A resistência veio tarde.

